

OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO REMUNERADO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Margareth Ribeiro de Araujo¹
Alessandra Sampaio Chacham²

Resumo

Nesse artigo, objetivou-se compreender os significados do trabalho remunerado para mulheres em situação de violência conjugal atendidas na Casa Abrigo Sempre Viva, em Belo Horizonte. Dez mulheres foram entrevistadas para a realização deste trabalho. Na análise das entrevistas, buscou-se compreender o potencial do trabalho remunerado e o seu significado para as mulheres como um meio de romper o círculo da violência vivido por elas. Neste processo, observou-se que a expectativa do trabalho remunerado traz um potencial que, para além da aquisição financeira, introduz importante contribuição para o resgate da autoestima, possibilitando uma nova dinâmica que favorece a autonomização da mulher. É neste processo de enfrentamento de situações concretas de violências, subordinação, desigualdade e exclusão que o trabalho remunerado emerge como fornecedor de novas possibilidades para a prática emancipatória da mulher.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Masculinidade. Violência conjugal. Trabalho.

Abstract

In this article we aimed to understand the meanings of paid work take to women victims of domestic violence sheltered in the safe house “Sempre Viva”, located in Belo Horizonte, Brazil. Ten women were interviewed during our research. In the analyses of those interviews we sought to comprehend the potential of paid work and their meanings for those women as a way to break the cycle of violence they experienced over and over again. In this process, we observed that the expectative of getting paid work brings itself a potential that goes beyond monetary gains, since it makes an important contribution to increase their self-esteem and reinforcing some familial dynamics in which women’s autonomy emerge. It is in this process of confronting situations marked by violence, subordination, inequality and exclusion that paid work bring new possibilities to built emancipative practices for women.

Keywords: Women. Gender. Masculinity. Domestic violence. Work.

¹ Possui mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2011). Atualmente, é Servidora da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e ocupa a Gerência de Ensino e Pesquisa do Hospital Odilon Behrens.

² Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989); Mestrado em Sociologia – California State University (1991) e Doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999). Atualmente, é professora-adjunta nível III do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tem experiência nas áreas de Sociologia e Demografia, com ênfase em Saúde Sexual e Reprodutiva, Sociologia da Saúde e Estudos de Gênero, atuando, principalmente, nos seguintes temas: saúde reprodutiva, juventude, direitos reprodutivos, gênero e prevenção AIDS/DST.

1 INTRODUÇÃO

No cotidiano do atendimento a mulheres em situação de violência conjugal, percebe-se a importância que elas dão ao trabalho remunerado, sobretudo durante os atendimentos individuais e nos grupos coletivos de reflexão ou oficinas. É nestes momentos que revelam, em seus discursos, a desmistificação do caráter sacrossanto da família e da intocabilidade do espaço privado; a estrutura sexuada, por excelência, no seio da qual a subordinação das mulheres e das crianças se mantém instituída sob o peso do serviço doméstico; a baixa autoestima da mulher que, ao permanecer em uma situação rotineira de agressões físicas e psicológicas, se mostra vulnerável e em intensidade crescente à depressão, ao medo, à ansiedade e à somatização.

Nesse contexto, pode-se perceber, também, que a violência cronicada, ou seja, aquela que acontece cotidianamente e durante muito tempo, vem somar aos sintomas físicos a elevação do consumo de serviços de saúde, do uso de medicamentos, estendendo-se às crianças, pois estas são alvos ou expectadores da mesma violência. Surgem daí, variadas manifestações de mal-estar físico e psicológico que reiteram o isolamento e a falta de apoio familiar, as carências de recurso financeiro, qualificação profissional e informação e uma profunda descrença e insegurança quanto à própria sorte e a de seus/suas filhos/as. Tais circunstâncias, de alguma forma, induzem à reflexão sobre a efetividade das políticas públicas de gênero e as referências ao trabalho remunerado como uma “tábua de salvação”, como possibilidade única de resgate, aparecem, de maneira frequente, o que vem reforçar a relevância deste estudo.

2 A VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO

Na literatura, enfatiza-se que a violência de gênero em relações íntimas se passa dentro de um quadro de disputa de poder no qual o uso da força é necessário para estabelecer e manter a dominação. De acordo com Saffioti (2004), a violência abre um caminho para uma maior efetividade da dominação e se dirige àquelas/es capazes de opor resistências, fato que vem sendo reiterado, na medida em que se identifica, muitas vezes, que a passividade é, antes, consequência e não causa da violência.

Conforme observa Smigay (2000), revela-se, também, a partir daí, a família como uma instituição frequentemente violenta, a despeito dos laços de afeto que, supostamente, a alicerçam, e que a esfera privada não é isenta de regulação do poder público, fato que pode ser valorado positivamente na perspectiva de dar visibilidade ao fenômeno, por meio de análises, debates, entre outras formas, que possibilite ultrapassar a cotidianidade e a imediaticidade das rotinas institucionais na tentativa de se assegurarem direitos. Neste sentido, adotamos como ponto de vista que as práticas de prevenção e enfrentamento da violência de gênero devam se dirigir como ato político de defesa da liberdade, da cidadania e dos direitos humanos e não como construção dicotômica dos lugares do algoz e da vítima ou da busca de culpados, reforçando uma perspectiva fatalista.

Entretanto, a intervenção necessariamente interdisciplinar desse fenômeno, aponta para padrões institucionais muito variados nas políticas públicas e, também, nas de prevenção e enfrentamento à violência, sobretudo no que diz respeito às diferentes formas de compreensão dos conflitos e das dinâmicas da violência. Quando consideramos a magnitude do fenômeno e a necessidade do atendimento em rede de serviços, deparamo-nos com uma precariedade dos mesmos que vão desde as diferentes conceituações do fenômeno, acolhimento inadequado, falta de uma escuta não julgadora, imposição de condutas e resoluções que não encontram adesão de parte das usuárias dos serviços até a ausência de acesso aos meios jurídicos e de proteção que viabilizem o respaldo da mulher frente ao agressor.

Tendo em vista as considerações acima, destacamos que, no âmbito das ações políticas de gênero, variadas análises compartilham, com Godinho e Costa (2006), do princípio de que o enfoque de desenvolvimento de políticas nesta área é recente: a articulação dos serviços e recursos, a integração dos profissionais, a constituição formal de redes de assistência articulando os serviços e, também, reunindo os esforços de diferentes níveis de governo, além da sociedade civil e dos movimentos sociais de mulheres são prioridades para a sustentação de uma ação efetiva de enfrentamento do problema.

Nesta pesquisa, em que se considera a dimensão do conceito de gênero como campo aglutinador e analítico bem como ativamente construído na e pela cultura,

instituindo não apenas modos de ser homem ou mulher, mas atravessando e constituindo todas as instâncias do social, portanto histórico, político e contingente, trabalhamos a conceituação de categorias com as quais operamos ao longo desta escrita: a violência de gênero e a violência no espaço da conjugalidade.

Essa abordagem mereceu um empenho especial, pois considera o que Welzer-Lang, uma vez que foi duramente criticado, aponta: “não se trata de uma análise *diferencialista*, mas de um verdadeiro problema epistemológico no estudo das relações sociais” (2004, p. 115). Deve-se considerar, então, que o importante para esta pesquisa não foi esboçar, mais uma vez, a diferença entre os sexos, mas tentar descrever e compreender como a diferença é construída socialmente, conformando identidades, bem como as consequências delas advindas.

A perspectiva de Lauretis também contribui para enriquecer nossas elaborações, ao partir da concepção de sujeito social multifacetada, apreendida em suas relações entre a subjetividade e a sociabilidade:

um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença e, sim, por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito engendrado não só na experiência de relação de sexo, mas também nas de raça e de classe: um sujeito, portanto, múltiplo, em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido. (1994, p. 208).

Sendo assim, foi realizada uma ampla discussão sobre o que seria considerado aqui, nesta pesquisa, o tema da violência no espaço da conjugalidade, uma vez que a literatura consultada usa, de modo polissêmico e não consensual, as expressões “violência de gênero”, “violência doméstica”, “violência intrafamiliar”, “violência interpessoal”, “violência contra a mulher”, “violência conjugal” e “violência nos espaços de intimidade”. Optamos, aqui, por utilizar o termo “violência conjugal”, pois queremos deixar claro que nos referimos à violência que mulheres sofrem por parte de seus parceiros, no contexto de relações conjugais que podem ou não ser formalizadas. Contudo, é importante ressaltar que não há unanimidade entre as diferentes autoras que trabalham com esse tema a respeito dos termos utilizados.

Como consideramos que nem toda relação afetiva no espaço da intimidade pode ser reduzida às relações de conjugalidade, para fins deste trabalho, recupera-se os significados

de violência conjugal, um tipo de violência baseada no gênero, definida por Saffioti (2004, p. 74) como aquela que “ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa”. Este tipo de violência apresenta características específicas e, de acordo com a autora, uma das mais relevantes é a sua rotinização.

Nesse sentido, iniciamos a discussão com o pressuposto que define a violência de gênero, conceituando o termo. Esse conceito se encontra relacionado, também, à produção dos movimentos feministas que, ao longo de suas diferentes fases, elaboraram estudos para compreender a condição da vida das mulheres e, em especial, dos processos que deram lugar à sua posição na vida social. Como assinala Lamas (1999), a produção do conceito de gênero constituiu uma das contribuições mais significativas e importantes da produção e da ação dos movimentos feministas em torno da reflexão e da transformação da vida das mulheres. Esta contribuição sustenta o pensamento de que as posições de homens e mulheres no conjunto da sociedade devem ser entendidas a partir não das diferenças anatômico/fisiológicas, mas das relações de poder que, ao longo da história, foram se constituindo nos diferentes contextos sociais.

Tendo como consideração essa premissa, é importante identificar o campo das masculinidades pelo viés de gênero, a desconstrução da masculinidade hegemônica, as intimidades, que apontam para novos modelos identitários, assim, sustentado por Welzer-Lang (2004), que destaca que algo de novo é possível na releitura das relações de violência.

Quanto a esta perspectiva, Vale de Almeida nos revela que a dicotomia masculino–feminino não é, em si mesma, nem mais nem menos essencialista do que qualquer outro princípio de distinção, se aceitarmos que tanto o corpo sexuado como o indivíduo com gênero são resultados de processos de construção histórica e cultural. Assim, “masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres” (1996, p. 2).

Do mesmo modo que se buscou desconstruir os pilares de uma natureza feminina, hoje vivenciamos os percursos para a desconstrução da crença de um sujeito masculino único e universal. A busca de sentidos e significados de gênero deve consistir, para Vale de Almeida (1996), em um mapeamento exaustivo das áreas semânticas e de ações relacionadas com o gênero.

Ainda segundo Vale de Almeida (1996, p. 2), “a experiência dos homens (e das mulheres) é justamente um diálogo por vezes difícil entre a complexidade polimorfa dos seus sentimentos e o simplismo dos padrões orientadores”, pois para o autor, qualquer ser humano, apesar de localizado em uma determinada identidade pessoal e social, sabe que as outras identidades e comportamentos são potencialmente seus também, mesmo que socialmente isto seja indesejável.

No que concerne à questão da violência, Welzer-Lang (2004) destaca que é um modo de regulação das relações sociais de sexo. A violência masculina dominante é central na regulação destas relações e traduz, muitas vezes, a dominação coletiva do grupo de homens sobre o grupo de mulheres. No âmbito do privado, destaca que a violência é, sobretudo, masculina e doméstica; em outras palavras, isto significa que, quando uma mulher exerce violência sobre crianças, fazendo uso da desigualdade de poder e das relações hierarquizadas entre elas, está se conduzindo no registro do masculino.

É, sobretudo, no âmbito dessa busca por entendimentos teóricos quanto aos possíveis lugares subalternos daqueles que diferem da virilidade triunfante e das manifestações e consequências advindas do “desvio” ao padrão dominante, que surgem as contribuições de ordem acadêmica. Smigay (2004, p. 113) ressalta que “comparando palavra por palavra como homens e mulheres, em nome de sua educação (ainda) diferenciada, enunciam e definem certas práticas sociais, evidenciou-se logo que nós não tínhamos as mesmas visões do social”. A autora analisa que o reconhecimento do “outro”, daquele/a que não partilha de determinados atributos pré-definidos, é feito a partir do lugar social diferenciado e esta perspectiva muito contribui para se entender sobre relações violentas nos espaços da conjugalidade a partir do “duplo padrão assimétrico”, termo elaborado por Welzer-Lang (2004).

A fim de chamar atenção para que se observem os diferentes entendimentos que homens e mulheres possuem acerca da violência, o autor cunha a expressão “duplo padrão assimétrico”. Segundo ele, é a partir destas diferenças de entendimento que se abrem, conseqüentemente, as diferentes expectativas, marcando, assim, alguns de seus desencontros:

[...] depois de ter ouvido muitas centenas de depoimentos detalhados, que não só homens violentos e as mulheres vítimas de violência não falam

sempre da mesma coisa quando enunciam as violências, mas, além disso – o que me deixou perplexo –, quando abrem mão da negação, atitude defensiva inicial, os homens violentos podem enumerar mais violências que suas companheiras. (WELZER-LANG 2004, p. 114).

Ou seja, avalia que os homens (por ele entrevistados) não têm nenhuma noção da violência corporal e psicológica sofrida pela parceira e que não estabelecem uma correlação entre seu ato e a extensão do dano. Para eles, a violência é instrumental – assimilável a uma mensagem comunicacional ou a uma arma. A violência pretende mostrar que ele é o chefe, que ele dirige a relação, que controla o outro. “Os dominantes não têm muita idéia sobre os efeitos corporais e psíquicos da dominação que eles exercem” (WELZER-LANG, 2004, p. 113).

Já entre as mulheres vítimas de violência, como aponta também Smigay, em seu trabalho, uma conduta muito frequente é a de subestimar os riscos de uma relação estruturada sobre a violência, justamente, por desentender sua lógica, assim identifica que:

no discurso masculino é possível reconhecer um *continuum* e uma intencionalidade; a violência segue uma sequência – verbal, sexual, física – e o objetivo é mostrar ao outro, exprimir um sentimento, um desejo, impor uma vontade. No discurso feminino, a violência é definida de forma descontínua, composta por atos físicos, a não ser que a narradora tenha passado por processo de conscientização – neste caso, seu discurso é já um discurso reconstruído (SMIGAY, 2000, p. 111).

Essa visão da violência como descontínua, contribui para sustentar o que Soares (2005), descreve como o ciclo da violência, modelo circular composto por três fases: a primeira seria a construção da tensão no relacionamento; a segunda, a explosão da violência; na terceira, ocorreria o processo de reconciliação. Este processo se repetiria, acumulando humilhações, agressões físicas, patrimoniais, entre outras, que vão enlaçando, constringendo e cerceando a dignidade da vítima, podendo levá-la à morte.

Como resposta ao pervasivo fenômeno da violência de gênero na sociedade brasileira, a construção das políticas de gênero no Brasil impulsionada por iniciativas do movimento feminista, reiteradas pelas teorias e práticas de escuta qualificada e interdisciplinar somadas aos compromissos e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, é fator fundamental para a institucionalização de órgãos especiais de prevenção

e enfrentamento à violência (Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Disque 180). Soma-se a estes, a criação da Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha, que fortaleceu a ampliação da cidadania das mulheres resultando, dentre outras conquistas, em uma pauta que redimensiona a responsabilidade do poder público em identificar as situações de discriminação e desigualdade que atingem as mulheres e na criação de condições de exercício de cidadania nos espaços públicos bem como na articulação de políticas. Neste itinerário, foi criada a Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte, em 1998, que é composta por três equipamentos: Núcleo Central, Benvinda – Centro de Apoio à Mulher e a Casa Abrigo Sempre Viva.

Focaremos nossa atenção na Casa Abrigo Sempre Viva que tem por finalidade abrigar, em caráter emergencial e provisório, mulheres que estão em risco iminente de morte devido à violência de gênero no âmbito conjugal, que não possuem alternativa de proteção e podem estar acompanhadas de seus filhos e filhas menores de 18 anos.

A Casa Abrigo é um equipamento direcionado para casos gravíssimos de violência sexista, em particular de violência doméstica, em que a vida da mulher está ameaçada pela convivência com o agressor, tornando necessário seu afastamento imediato, com um corte radical de todo e qualquer contato. A permanência na casa é, portanto necessariamente por tempo limitado. (GODINHO; COSTA, 2006, p. 50).

Considera-se que as políticas de proteção e segurança são essenciais para o enfrentamento à violência, mas, segundo Camargo e Aquino (2003, p. 48), é preciso avançar tanto em políticas de prevenção como na ampliação de políticas que, articuladamente, trabalhem para uma reversão da dependência financeira, a elevação da autoestima das mulheres, o fortalecimento da capacidade de representação e participação na sociedade, enfim, criem condições favoráveis à autonomia pessoal e coletiva. Contudo, percebe-se que, no que diz respeito às iniciativas da institucionalização de políticas do trabalho para mulheres em situação de violência, estas ainda se encontram incipientes.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Na pesquisa de campo, foram realizadas, ao todo, dez entrevistas em profundidade, no período de agosto a novembro de 2010, sendo cinco com as mulheres egressas da casa

abrigo cujo agendamento foi feito diretamente com as entrevistadas, obedecendo, obviamente, o dia e horário mais conveniente para elas. Mais cinco entrevistas foram realizadas com mulheres que estavam abrigadas neste período que também foram agendadas, estas através do Setor Administrativo da Casa Abrigo Sempre Viva (CASV), que se preocupou em perguntar para cada mulher se gostaria de ser entrevistada, deixando claro que a entrevista não era obrigatória, além de perguntar qual seria o melhor dia e horário para elas, uma vez que todas estavam abrigadas com seus filhos e filhas e desenvolviam várias atividades. Cada entrevista durou, em média, 90 minutos, e no caso das mulheres abrigadas com filhos em idade de amamentação, houve intervalos durante as entrevistas. Foram preservados os nomes e demais informações que as pudessem identificar.

Quanto às egressas, observa-se que, de modo geral, o contato com elas não é fácil, pois, na tentativa de se distanciar do agressor ou mesmo da família estendida deste, elas não retornam mais para os locais onde moravam antes de serem abrigadas e, estando instaladas, caso o agressor as encontre, elas também se mudam. Como as condições de acesso à moradia são precárias, elas estão sempre se mudando em busca de lugares mais próximos do novo emprego ou das escolas dos filhos ou mesmo por causa dos custos de aluguel.

Entre as mulheres abrigadas, durante as entrevistas, foi perceptível o medo em externar seus conflitos, pois o drama vivido não deveria ser mostrado para outras pessoas e os motivos para este temor são muitos: a possibilidade de serem reconhecidas pelo agressor e este vir a descobrir seu paradeiro bem como das suas crianças; a vergonha de estarem passando por aquela situação; a culpa que sentem de não terem conseguido “cumprir seu papel” e manter harmoniosa a família, apesar das várias tentativas que fizeram neste sentido.

Entre as egressas, ao contrário, foi percebido, claramente, o prazer de estarem relatando o ocorrido: sentiam-se como se fossem sobreviventes, ao conseguirem romper com a violência em suas vidas. Para elas, a emoção de repassar o drama vivido, suas experiências, a coragem que tiveram, entre outros sentimentos, se sustentavam na possibilidade de servirem como exemplos para que outras mulheres não precisassem passar pela mesma situação. O uso do termo “sobrevivente” reporta à observação de Almeida sobre mulheres que vivenciaram situações de violência conjugal:

no contexto da violência doméstica, sobrevivente designa o sujeito que foi capaz de reunir forças para lutar contra intensas e multidimensionais condições de opressão, expressas, diretamente, através das relações de gênero processadas em contextos familiares (em sua dimensão crônica) e, indiretamente, por meio de constrangimentos e limites institucionais, gerados e impostos a partir de um campo de forças determinados. (1998, p. 10).

Duas das entrevistadas egressas declararam ter um sonho de um dia poder lançar um livro para relatar suas vidas, e uma delas contou, então, que já escreveu dois capítulos e que foi este desejo que a fez retornar aos estudos, comprar computador e aprender a manuseá-lo.

Quadro 1 – Características gerais das mulheres entrevistadas³, egressas e abrigadas – Casa Abrigo Sempre Viva (CASV), agosto a outubro de 2010

ABRIGADAS	EGRESSAS
Dália: São Paulo, 29 anos, negra, 3ª série, três filhos, grávida, não trabalhava fora de casa.	Rosa: 45 anos, branca, 3ª série, quatro filhos, artesã.
Alice: 19 anos, parda, 6ª série, dois filhos, não trabalhava fora de casa.	Cecília: 33 anos, negra, ensino médio, dois filhos, vigilante.
Aline: 34 anos, parda, 2º grau completo, dois filhos, não trabalhava fora de casa.	Val: 48 anos, parda, ensino médio, seis filhos, serviços gerais.
Luana: 24 anos, parda, 8ª série, dois filhos. Trabalho doméstico sem carteira.	Lurdinha: 46 anos, branca, ensino médio, três filhos, artesã.
Aparecida: 45 anos, negra, 6ª série, dois filhos. Trabalho doméstico sem carteira.	Isa: São Paulo, 28 anos, branca, dois filhos, secretária.

Fonte: Elaboração própria

No momento da entrevista, todas as mulheres abrigadas eram beneficiárias do Bolsa Família e, até o momento, contavam com esta alternativa para sobreviver, sendo que só duas delas faziam faxinas eventuais (ganhando entre R\$30,00 a R\$50,00 por faxina) e apenas uma delas tinha casa própria. As egressas dispõem de renda mensal mínima de R\$550,00 e máxima de R\$1.400,00; todas possuem casa própria e são as principais responsáveis pela manutenção do lar.

³ Os nomes utilizados para descrever as entrevistadas são pseudônimos que as próprias entrevistadas escolheram para se identificar.

4 OS RELATOS DAS MULHERES ABRIGADAS

A primeira entrevistada entre as abrigadas foi Dália, com 29 anos à época da entrevista. Ela se autodeclarou negra, que estudou até a 3ª série, tendo sempre trabalhado como faxineira. Ela está na CASV há 21 dias, com seus três filhos, e no momento da entrevista estava grávida de sete meses e meio do seu quarto filho.

Dália relata que, desde pequena, foi criada com outras famílias: “Cada dia estava num lugar”; não sabe do seu pai nem da sua mãe; é natural de São Paulo, diz não ter muito o que lembrar de sua vida ou infância, a não ser o fato de que começou a trabalhar muito cedo com serviços domésticos sem remuneração e que também não frequentou regularmente a escola e não sabe se tem irmãos. Quando tinha 20 anos, conheceu um rapaz que estava em São Paulo de passagem: ele era de Minas Gerais e convidou-a para vir com ele e ela diz ter topado o convite de imediato, mas, por motivos que Dália não quis comentar, eles romperam o relacionamento e ela ficou com um filho dele. Hoje, não sabe do paradeiro dele e também não quer saber de “nada dele”.

Trabalhando como doméstica, voltou a estudar em uma escola em Vespasiano e lá conheceu seu último companheiro, todos os dois cursando a 3ª série e ele com 28 anos. Foram, então, morar juntos e durante oito anos assim permaneceram. Neste período, ela teve mais dois filhos, tendo, então, de parar de trabalhar para cuidar das crianças, pois, segundo ela, o filho mais velho nasceu muito doente.

Estava abrigada porque seu companheiro era muito agressivo e como ela não tinha para onde ir e estando correndo risco de vida foi encaminhada para a CASV.

– Com um mês e meio, ele começou a me agredir; aí, depois, de lá para cá, ele começou a mexer com bebida, não sei se com drogas, mas ele ficava doido. Então, a gente começou a ficar separados e depois decidia voltar e assim foi. Eu sempre achava que ele ia melhorar, sempre tinha esperanças e assim foi indo. Ficou assim uns quatro ou cinco anos, mas, nos últimos anos, as agressões aumentaram, pois ele começou a agredir meus filhos. [...] punha as crianças debaixo da chuva, jogava a comida no chão e fazia a gente comer, falava que a gente era que nem porco. [...] até que começou a falar que eu estava tendo um caso com o assistente social, que foi lá em casa entregar a cesta básica. Ele ficou furioso, começou a me bater, eu grávida, ele me chutava e me estuprou. [...] Isso acontecia direto e

ele sempre me pedia desculpas e eu aceitava, mas, nesse dia 30 de setembro eu resolvi a fugir, até porque ele jurou vingança de morte, não sei até hoje porque; no outro dia de manhã, quando eu já estava melhor, eu fugi de casa, eu peguei a bolsa com os documentos, as crianças e fui procurar ajuda. (Dália, 29 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Dália relata uma convivência de oito anos na qual o ciclo da violência se interpôs cronicamente. Assim como Dália, todas as entrevistadas, sem exceção, descrevem as várias tentativas de idas e voltas. É claro que os contextos são diferentes, mas o que há em comum entre eles está no fato de as brigas se tornarem cada vez mais violentas.

Conforme Saffioti (1999), Smigay (2000) e Soares (2005) observam o ciclo da violência conjugal, este se caracteriza pela sua continuidade no tempo, isto é, pela sua repetição sucessiva, ao longo de meses ou anos, e em situações limites; o culminar destes episódios poderá ser o homicídio, por isso, faz-se necessária a identificação deste ciclo, a fim de impedir sua continuidade e prevenir maiores danos. Entretanto, na opinião de Welzer-Lang (2004), as mulheres em situação de violência conjugal dificilmente fazem esta leitura, como pode ser exemplificado pela experiência de Alice.

A entrevistada Alice tinha 19 anos quando foi entrevistada; autodeclarou-se parda, ter estudado até à 6ª série e nunca desenvolvido outras atividades que não fossem trabalhos domésticos com e sem remuneração. Ela tinha dois filhos, uma menina de 2 anos e um menino de 8 meses e estava no Abrigo a 2 meses. Conta que, aos 4 anos, sua mãe a deu para uma outra família, pois “não tinha condições de criar mais filhos”. Nesta família, Alice não podia estudar, pois todo o serviço de casa era realizado por ela. Coursou as séries obrigatórias com muita dificuldade, pois não “tinha cabeça para estudar”; foi abusada desde pequena e “apanhava muito, de todos da casa”. Cansada dos espancamentos voltou para a casa da mãe com 10 anos e lá encontrou uma família totalmente diferente e que não a identificava como membro familiar; sofria abusos de seus familiares; novamente, “apanhava de todos da casa”.

Conheceu seu companheiro aos quatorze anos, em um jogo de futebol, em um campinho próximo à sua casa: ele tinha 40 anos e trabalhava como acabador. Contou, então para a mãe, que queria morar com ele e a mãe permitiu. Alice desejava mesmo era sair de casa e ter sua própria família, dizia que estava muito cansada de apanhar, contudo:

– *Eu achava que era normal apanhar e quando eu fui morar com ele eu já comecei apanhar. Depois que eu tive minha primeira menina, logo assim, tive de sair do emprego, e aí eu apanhei demais, eu e ela.* (Alice, 29 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 24/08/2010).

Segundo Alice:

– *Ele era muito agressivo com a gente e eu só fui mesmo na delegacia, não porque eu queria, mas, porque meus vizinhos falavam que eu tinha de ir. Prá mim, aquilo era normal, ele sempre gostou de fazer sacanagens com a gente mesmo.* (Depoimento verbal em 24/08/2010).

Alice revela uma relação muito conflituosa, mas ela desqualifica os golpes recebidos ao defini-los como “sacanagens”, mas não como violências. No seu caso, foi possível romper a relação por causa da intervenção dos vizinhos, mas há casos que, se a mulher é mantida em cárcere privado, isto dificulta a possibilidade de fuga como Dália o fez, ou de ser incentivada pelos vizinhos, como aconteceu com Alice. Esta foi a situação experimentada por Luana, descrita a seguir.

Luana, que tinha 24 anos, declarou-se parda, tendo estudado até à 8ª série e nunca desenvolvido outras atividades que não fossem trabalhos domésticos não remunerados. Ela tem três filhos homens, fato que a torna muito feliz, pois acha que “mulher sofre muito”. Ela está na CASV há dois meses e meio com dois filhos: um de 1 ano e 8 meses e outro de 1 mês. O mais velho está no Pará com a avó paterna, que é mãe do primeiro companheiro de Luana sobre o qual ela não quis falar a respeito. Natural do Estado do Pará e filha mais velha de uma família de seis irmãos, ela conta que a mãe e o pai sempre se desentenderam, fato que levou a mãe a fugir para Minas Gerais, no ano de 1997, deixando os filhos separados em famílias e lugares diferentes.

Para Luana, a mãe não tinha alternativa, pois o pai a agredia bem como a todos os irmãos, tanto com palavras quanto com ameaças de morte:

– *O dia em que minha mãe foi embora foi o pior dia da minha vida, mas meu pai colocou o facão no nosso pescoço e ela não teve outra saída. Ela foi embora e a gente se separou, eu perdi o contato com todos meus irmãos e não sabia o que estava acontecendo.* (Depoimento verbal em 28/09/2010).

No caso da entrevistada, esta foi deixada aos 10 anos em um convento e a freira que a recebeu a encaminhou para uma família. Assim como ocorreu com Alice, nesta família, ela teve de largar os estudos, porque os trabalhos da casa eram muitos:

– *Eu trabalhava para comer, não tinha roupas, nem estudo, nem amigos, nunca brincava e quando chegava a época de Natal e as festas de final de ano, eu era trancada no quarto, porque a dona da casa ia com os filhos para as festas e nunca me deixou ir com ela.* (Luana, 24 anos, abrigada no CASV. Depoimento verbal em 28/09/2010).

Lamenta, também, por não ter tido festa de aniversário, nem páscoa, nem dia das crianças. Ela também apanhava muito.

– [Se] *as coisas não estivessem arrumadas de acordo, eu era castigada, vivia me dizendo que eu era uma pessoa desonrada, que eu era um encosto na vida dela...* (Luana, 24 anos, abrigada no CASV. Depoimento verbal em 28/09/2010).

Aos 16 anos, um dia depois de ter sido espancada, fugiu dessa casa e foi para uma outra e depois, outra. Por fim, trabalhou em várias casas até que um dia descobriu o paradeiro da mãe, que estava em Minas Gerais. Chegando a Minas, ela foi morar com a mãe no município de Sabará onde conheceu seu companheiro e foi morar com ele. Diz que a mãe a aconselhou muito para não ir, queria que Luana estudasse, trabalhasse e que pudesse melhorar de vida e que quando voltasse ao Pará, voltasse diferente, mas, Luana “estava apaixonada”.

Sobre seu companheiro, com 37 anos e administrador de empresa:

– *Me prometeu que íamos ser muito felizes [...] vivi com ele a mesma situação que eu vivi com minha família [...] eu apanhava muito, eu não podia trabalhar, até por causa das crianças, e também nem conversar com ninguém [...] eu não tinha direito de viver nem de respirar, pois ele fechou todas as janelas do lado de fora e eu só via a luz quando ele abria a porta.* (Luana, 24 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 28/09/2010).

Luana tem muito medo que o ex-companheiro venha a descobrir seu paradeiro e diz que, depois de muito tempo, se sente livre e fala sobre esta sensação:

– *É tão bom eu poder dormir com sossego, falar com as pessoas, ver meus filhos felizes, era prá gente tá tudo morto agora... imagina... se não fosse os traficantes que arrombaram a minha casa eu não sei não.* (24 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal 28/09/2010).

Conta que se aproveitava das saídas do companheiro para pedir socorro, mas ninguém a ajudava porque “tinham medo dele”. Um dia, pediu socorro e os traficantes que ficavam na rua resolveram ajudá-la, impondo-lhe a condição de nunca mais voltar. Ela aceitou e eles então “quebraram os cadeados que ficavam do lado de fora da porta e das janelas”. Vivia isolada de qualquer tipo de contato,

– *Nem chegar da janela eu podia; comecei a ficar muito doente, pois além de não ter o que comer eu só ficava deitada [...] nem televisão, nem rádio, nem celular, nada eu tinha.* (Luana, 24 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 28/09/2010).

Conforme Saffioti (2004), o isolamento, muitas vezes, é parte da própria estratégia de violência e se torna relevante quando a violência se cronifica na relação. Estabelece-se um rompimento dos vínculos afetivos e familiares, pouco ou nenhum contato social, como no caso do cárcere privado, onde o impacto desta se estende também aos filhos, provocando adoecimentos, baixo rendimento escolar e outras manifestações de caráter mais agudo, como traumas, entre outros, que interferem no desenvolvimento pessoal e social. Também é importante considerar que tanto o isolamento social e a perda de vínculos afetivos quanto as perdas materiais, representadas, principalmente, pelo êxodo para fugir do agressor, acarretam a desarticulação dos recursos de suporte social anteriormente adquiridos. Derivados desta realidade estão também a violência sexual e, mais especificamente, o estupro, que se articulam com as diferentes contaminações na etiologia de doenças venéreas e com os agravos à saúde decorrentes de gravidez indesejada.

Na medida em que a família é considerada como a principal instituição social de reprodução biológica e social e onde se estabelecem as normas para regular a afetividade, a sexualidade e toda a vida conjugal, a questão da violência conjugal se situa no mundo privado, no espaço do cotidiano, do intrascendente, contraposto ao mundo público. Esse contexto proporciona à violência conjugal seu caráter de invisível e, em muitos casos, contribui para que o domínio do agressor regule e dite as normas de reprodução como forma de dominar a companheira. Conforme vimos, Soares (2005, p. 27) destaca variadas razões para o não rompimento conjugal, mas, de acordo com a autora, o “maior de todos os riscos é justamente romper a relação”. Esta questão se insere, muitas vezes, como um paradoxo, pois, o que pode ser ainda pior? A autora, então, remete ao fato das mulheres que são mortas, muitas vezes, por tentarem romper a relação e lembra que a violência e as

ameaças contra a vida da mulher e dos filhos se tornam mais intensas no período de separação. Ao ver que a mulher está disposta a sair da relação violenta, o agressor recorre a todo tipo de chantagens e ameaças, situação que o caso de Aparecida ilustra.

A entrevistada Aparecida tem 45 anos, declarou-se negra; estudou até a 6ª série e sempre trabalhou como faxineira. Está na CASV há 13 dias com seus dois filhos menores. Aparecida não sabe dizer sobre o paradeiro de seus irmãos, só se lembra de que o pai era uma “boa pessoa, o maior amigo”, mas a mãe, segundo ela, era “superviolenta” e, por esta razão, saiu de casa “muito nova”. Ela não quis comentar muito mais sobre sua infância.

Com seu primeiro companheiro, já falecido, teve dois filhos que já estão casados e “têm uma vida independente”. Eles ficaram juntos durante quinze anos, mas ele morreu em um acidente. Nesta relação, ela descreve uma divisão de trabalho doméstico não tradicional:

– Ele era um bom marido, nunca trabalhou fora; ele cuidava de tudo em casa, das compras, ensinava o dever de casa às crianças, médico, deixava tudo ajeitadinho e eu podia trabalhar tranquila. (Aparecida, 45 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Após oito anos de viuvez, conheceu um rapaz em uma festa, ele com 25 anos na época e trabalhando como auxiliar de borracharia. Segunda a entrevistada, a relação aconteceu muito rapidamente.

– Eu fiquei muito apaixonada; um dia ele foi dormir lá em casa e nunca mais saiu. Daquele dia em diante começou meus problemas. (Aparecida, 45 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Conta que sempre trabalhou fora e manteve a casa. Ela tinha uma vida social ativa, com muitas amigas, e que seus dois filhos da primeira relação “nunca deram problemas”. Contudo, ao ficar grávida desse último companheiro, ela descreve:

– Não sei o que aconteceu, o que pode ter havido para eu ficar longe das minhas amigadas, eu só sei que as coisas foram acontecendo e, a cada dia, eu sentia mais medo dele. (Aparecida, 45 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Depois da segunda gravidez, Aparecida teve de parar de trabalhar e “ele tomou meus dois celulares, não deixava ninguém ir lá em casa e eu morria de vergonha disso estar acontecendo comigo, logo comigo” (choro e comoção). Aparecida se sentia muito

angustiada, mas, ao mesmo tempo, a esperança de ele um dia mudar foi se acabando, devido às “*muitas humilhações que passei, o medo, a vergonha*”.

De acordo com Aparecida, a vergonha estava no fato de que “*depois de estar com a vida toda arrumada*”, o que as pessoas podiam pensar, a quem recorrer se ela era independente e sempre se responsabilizou pelo lar e como agora estava completamente dependente do parceiro: esta questão a deixava atordoada. Um dia em que apanhou muito, ele a levou ao Hospital de Pronto Socorro e, então, ela decidiu que ia contar para a assistente social ou para o guarda ou para o médico, “*mas como ele estava junto e tinha uma arma de fogo*”, ela ficou com medo. Na saída, ela, então, se aproveitou de que ele ia pegar uns remédios e foi confidenciar o fato aos dois vigilantes de plantão: “*Eles então começaram a rir de mim e me disseram que em briga de marido e mulher, ninguém metia a colher*”. Tão logo voltou para casa, Aparecida, ao ver que não podia contar com ajuda de outras pessoas, foi então construindo sua fuga, pois não queria perder seus pertences “*conquistados durante anos com muito suor.*” (Aparecida, 45 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Fica claro que o processo de isolamento social é agravado pela falta de preparo dos profissionais pertencentes às instituições do sistema de saúde, de eles não serem treinados para identificar e lidar com situações de violência doméstica. Talvez, se os profissionais a quem Aparecida recorreu fossem sensibilizados para as questões de violência e se médicos, enfermeiras e assistentes sociais fossem treinados para fazer perguntas-chave durante o atendimento (longe da presença do companheiro), mulheres como Aparecida poderiam passar por menos constrangimentos e correr menos riscos para serem atendidas. Por ser um fenômeno complexo, a violência conjugal demanda uma qualificação maior dos profissionais, o que também fica claro no caso de Aline.

A entrevistada Aline, que estava no abrigo há três meses, tem 34 anos e 2º grau completo, se autodeclarou parda. Conta que sua família sempre foi:

– *Tranquila e nunca tivemos problemas com agressão ou bebida em casa. Meu pai era um homem honesto e bom, mas faleceu muito cedo e minha mãe, então, assumiu eu e meu irmão, sozinha; ela trabalhava como doméstica e nunca deixou a gente sem amparo, [...] tudo era a minha mãe que me ajudava.* (Depoimento verbal em 16/08/2010).

Casou-se com 21 anos e seu marido com 28 (ele só estudou até a sexta série) e ficaram casados durante quatorze anos. Ele foi o primeiro namorado de Aline e namoraram durante três anos antes de se casarem. Ele trabalhava fazendo lanternagem e pintura de carro com oficina própria. Ela já o conhecia do próprio bairro e, segundo ela, desde o namoro, combinavam tudo que iam fazer, inclusive como seria o casamento, o número de filhos/as e até a casa própria foi construída com o propósito de ter um grande quintal para as crianças.

Ela trabalhava como operadora de caixa, na época em que se casou, e continuou trabalhando por quatro anos e meio após se casar, até engravidar do primeiro filho. Foi quando deixou o emprego para tomar conta do bebê. Para ela, nesta situação de desemprego e dependência foi quando tiveram início as brigas e a violência. Contudo, Aline conta que nunca deixou totalmente de trabalhar, fazendo salgados e doces para festas, pois, com três crianças, era impossível pensar em trabalho fora de casa.

Ela descobriu que o marido era violento, na época do nascimento de seu primeiro filho, e tentou reagir, desde o início, às agressões, recorrendo ao apoio legal.

– Quando ele me deu o primeiro soco, fiquei alerta e descobri com quem eu estava casada: então, eu fui à Delegacia e fiz o Boletim de Ocorrência várias vezes e pedi ajuda, falava que tinha certeza que ele ia me matar [...] Entrei, então, com um pedido de separação e lá, com as medidas protetivas, no Fórum, me falaram do Processo de Conciliação e a advogada dele usou como argumento a minha falta de condições financeiras para cuidar de meus filhos; ela me constrangeu, dizendo que eu podia perder os meninos, foi então que eu voltei [...]. Olha, quando eu voltei, tudo piorou; a violência foi absurda. Eu acho que as advogadas deveriam ser mais preparadas para trabalharem com a violência. (Aline, 34 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 16/08/2010).

Após esse episódio, Aline também permaneceu em cárcere privado durante um ano e quatro meses e só se libertou desta situação porque a professora de seu filho mais velho “começou a desconfiar pelas atitudes do menino em sala” e comprou um celular que deu para a criança entregar para a mãe, às escondidas. A professora colocava crédito para conversar com Aline e também enviava alimentos. Foi assim, graças a esta intervenção, que ela pôde construir sua fuga e ir para o Benvinda e, de lá, para a Casa Abrigo.

A família de Aline tentou intervir, mas o marido ameaçava matar seu único irmão; logo, tanto Aline quanto sua mãe escondia a situação, por medo de vingança.

Aline é revoltada com o atendimento que passou no Fórum e não se conforma de ter corrido tantos riscos com as crianças. Ela conta as torturas pelas quais ela e as crianças passaram, narrando sua história em um misto de raiva, medo e dor, como se a estivesse revivendo novamente.

– Quando ele chegava da rua, ele fazia meu filho mais velho levantar da cama, mandava o menino tirar as roupas, ligava a mangueira e mandava água fria nele. Eu, muitas vezes, tomei banho no lugar dele, e é horrível; também fiquei na chuva forte com relâmpagos, de dia, de madrugada: ele não escolhia hora. Ele fazia isso com a gente e ficava bem assistindo. Ele era tão maldoso que ele mesmo me dava o telefone para ligar para minha mãe e ficava por perto, ia ditando tudo para eu falar. (Aline, 34 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 16/08/2010).

Contudo, diz estar feliz, pois se sente “*livre e viva*” agora, com a oportunidade de reconstruir uma nova história.

A dependência financeira do parceiro, provocada pelo abandono do emprego, é um ponto em comum nas histórias destas cinco mulheres, aparecendo sempre como um fator agravador (ou mesmo iniciador) da violência conjugal. Todas elas declararam, explicitamente, na época do nascimento de seus filhos, terem sido obrigadas a parar de trabalhar de forma remunerada para cuidar dos filhos. Justificam a decisão tomada considerando que seus companheiros estavam empregados naquele momento e “*as crianças precisavam de cuidados*” (Aline, 34 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 16/08/2010). Mas, em geral, a experiência de parar de trabalhar não foi positiva e afetou negativamente suas vidas, no sentido de torná-las alvos fáceis de violência por parte dos parceiros.

É claramente perceptível, em seus discursos, que o processo de socialização de gênero que vivenciaram, naturalizou as formas de dominação masculina e de submissão da mulher, na medida em que atribuem somente às mulheres o papel social de responsáveis pelos cuidados dispensados à prole, ao cônjuge e à casa. O rompimento com o vínculo empregatício, muitas vezes tem como catalisador a falta de alternativas de poder conciliar

as duas tarefas: o trabalho doméstico exercido no âmbito doméstico e que se expandiu com o nascimento dos filhos e o trabalho remunerado.

Como vimos, após terem rompido o vínculo com o trabalho remunerado, todas as cinco mulheres entrevistadas relatam que passaram por uma angustiante experiência de submissão e violências. Conseguem, então, descrever o começo das crises conjugais, a partir deste episódio e deixam transparecer os desdobramentos advindos tais como o afastamento da sua rede de relacionamentos, os familiares e amigos, os constantes adoecimentos, as crises de medo e insegurança aliadas à falta de recursos financeiros, fatos que, segundo elas, as deixavam cada vez mais reféns da própria situação. Logo, creditam ao trabalho remunerado a chance de (re)construção da autonomia, o fortalecimento de sua identidade para além das funções de mãe e esposa bem como a possibilidade de resgatar uma vida nova, livre de violência.

No discurso de Dália fica evidenciada esta valorização do trabalho remunerado:

– Quando sair daqui vou começar a trabalhar de novo e dar uma vida melhor para meus filhos, o trabalho liberta a gente [...] porque, por um lado, eu fico pensando: se eu tivesse trabalhando, eu não ia ser tão submissa, não ia ser espancada, ele não ia me dominar tanto, né [...] mulher quando fica submissa a homem dentro de casa, não está trabalhando, ela vira um lixo [...] pode até ter mulher que não trabalha e não apanha, mas como eu estou te falando, no meu caso, eu tenho certeza que eu apanhei dele e passei por tantas humilhações porque estava dependente dele e meus filhos também. (Dália, 29 anos, abrigada na CASV. Depoimento verbal em 21/10/2010).

Na perspectiva de Dália, a dependência econômica foi o fator para desencadear os desentendimentos conjugais; ela entende que se estivesse trabalhando não teria passado pelo que passou; para ela o trabalho é seu “*libertador*”. Mesmo quando a perspectiva de inserção profissional não chega a ser qualificada, ainda assim, traz esperanças de mudança, como declarou Alice:

– Eu gosto de trabalhar como doméstica, sempre foi assim [...] eu quero ser doméstica de novo e poder cuidar dos meus filhos; sou doméstica desde pequena, mas agora quero ter carteira assinada. (Alice, 19 anos. Depoimento verbal em 24/08/2010).

Do mesmo modo que Alice foi doméstica desde pequena, Dália sempre o foi e também Luana, que foi entregue à uma família aos dez anos para ser doméstica sem

remuneração, assim como Aparecida, também, que começou “cedo na lida”. Todas elas nos contam a relação do trabalho infantil, pobreza e a baixa escolaridade com o trabalho doméstico. Estas mulheres nos informam, na expressão de Luana, que trabalhavam “*para comer e não morrer de fome*”. A história de pobreza destas famílias vai tecendo uma rede na qual a exclusão e as poucas oportunidades impõem certa inibição das chances futuras destas mulheres; elas recomeçam sempre, como Luana, “*de uma casa para outra... e para outra...*”. Também reitera a subordinação aos papéis de gênero, já que, culturalmente, as tarefas domésticas são “naturalmente” realizadas pela mulher.

O trabalho infantil doméstico, realizado majoritariamente por crianças e jovens negras e do sexo feminino, é, em larga medida, invisível: por ser realizado no âmbito da residência, onde não é possível uma fiscalização sistemática, ele expõe o/a trabalhador/a a uma série de injustiças, desde a baixa remuneração e longas jornadas de trabalho até as mais críticas, como abusos sexuais e atos de violência.

Contudo, o mesmo tipo de trabalho que, na infância, roubou dessas mulheres a oportunidade de estudar e obter outro tipo de qualificação, se torna, na atualidade, sua única oportunidade para a construção de autonomia financeira. Contudo, quando Luana vislumbra para ela e os filhos um outro tipo de futuro, ela lança mão do trabalho doméstico para tal:

– *Vou voltar para o Pará diferente: estou fazendo curso de manicure e, chegando lá, eu vou trabalhar com isso [...] minha mãe sempre me falava: ‘O meu melhor marido é o meu emprego’: hoje eu sei do que ela estava falando.* (Luana, 24 anos Depoimento verbal em 28/09/2010).

O trabalho como fator principal para a obtenção da sua independência aparece, claramente, nas palavras de Aparecida, 45 anos, abrigada na CASV, que diz:

– *Sempre confiei no trabalho, tudo que consegui devo ao meu suor, e vou conseguir de novo a tomar conta de mim como sempre fiz.* (Depoimento verbal em 21/10/2010).

Para ela, o resgate do trabalho lhe trará a possibilidade de cuidar de si mesma, novamente. Ela se consola com essa esperança de reconquistar parte do que perdeu por meio do trabalho, pois, em situação de abrigo, como vimos, pode ocorrer perda de alguns bens conquistados, devido à ausência da mulher no domicílio.

Aline foi a única das abrigadas que tinha algum outro tipo de formação profissional e, no seu depoimento, menciona os desafios a superar:

– *Agora, estou atualizando meu currículo, perdi muito tempo e para assumir as despesas da casa e de meus filhos, preciso correr [...] o mais importante agora é conseguir meu emprego e não olhar para trás.* (Depoimento verbal em 16/08/2010).

Assim como Aline, todas as abrigadas manifestam esta perspectiva: o trabalho como a possibilidade de trazer um futuro mais promissor no qual elas poderão ter suficiência própria para as provisões. Ao mesmo tempo, também estão cientes da outra face deste mesmo processo, as novas exigências colocadas para as trabalhadoras, como maior nível de escolarização, alternativas para profissionalização e a importância da regularização trabalhista.

Nesta perspectiva, Segnini (2000, p. 50) relata: “as mulheres que deixaram de trabalhar para cuidar de seus filhos enfrentam muitas dificuldades para voltarem ao mercado de trabalho, em qualquer nível de escolaridade e em qualquer idade”.

Na narrativa dessas mulheres fica claro que sempre pertenceram a grupos sociais, famílias, relações de vizinhança que reafirmam espaços fragilizados nos quais, para muitas, o passado teceu em torno delas as malhas da vulnerabilidade, pobreza, desemprego, da informalidade, dos recorrentes trabalhos temporários em meio à violência conjugal. No entanto, agora, vislumbram a possibilidade de construir estratégias para continuar elaborando formas de resistências às dificuldades vividas, em uma sociedade que não engendrou politicamente suportes sociais que pudessem apoiar estas mulheres e suas famílias na situação descrita.

5 AS MULHERES EGRESSAS E A EXPERIÊNCIA COM O TRABALHO

Val esteve abrigada no ano de 1997 e permaneceu no Abrigo por mais de um ano com seus seis filhos. A principal memória que traz das condições em que vivia quando chegou ao Abrigo é bastante dramática, contudo, relata que, atualmente, suas circunstâncias mudaram consideravelmente, graças ao trabalho.

Para Val, estar na situação atual é sinônimo de vitória: ela conseguiu romper com a situação de violência, diz reconhecê-la muito bem e consegue classificá-la:

– *Eu sofri muita violência psicológica, desde criança, muita violência verbal também e as físicas eu nem te conto, quem sabe um dia...* (Egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Val também descreve a conquista do trabalho como um “fantasma” que teria de ser superado: – *Prá mim, o principal fantasma é conseguir o emprego, depois, a moradia, é aonde vem a fraqueza, porque parece que a gente não vai conseguir.* (Depoimento verbal em 30/11/2010). Ela conseguiu o trabalho e sente como se esta conquista tivesse lhe resgatado a identidade, sua autonomia; sente-se cidadã: “*eu consegui ter meu nome de novo, olha eu posso comprar a crédito e tenho cartão*”; também conseguiu adquirir uma casa: “*é pequena, na verdade, sabe, mas, é minha, lá entra quem eu quero*” (Depoimento verbal em 30/11/2010). Seu maior sonho, agora, é conhecer seu neto e, depois, se aposentar.

Assim como Val, também Cecília tem muitos sonhos, sonhos que vão se tornando realidade com o seu crescimento profissional e pessoal. Cecília chegou ao abrigo no ano de 1997 e ali permaneceu durante sete meses com seus dois filhos. Conta que sempre trabalhou, desde os 8 anos como babá, e a potencialidade que conquistou trabalhando foi sua “*grande herança*”, quando teve de parar de trabalhar por causa da maternidade – “*foi a pior coisa que aconteceu comigo*” –, até porque a maternidade não foi, para ela, desejável e sim, forçada, como relata:

– *Ele dizia que queria ter muitos filhos, então, um dia, quando ele soube que eu estava com DIU, ele queria arrancar o DIU à força [...] ele, então, me amarrou e, com a chave de fenda, foi perfurando meu útero [...] isso fez com que eu tivesse uma grande infecção e estava mesmo quase morrendo em casa. Até que ele, então, me levou para o hospital: ele achava que eu ia morrer lá [...] pegou meus filhos e entregou para minha mãe, mas, quando tive alta, a conselho de minha mãe, fui direto para a delegacia e aí de lá fui para o Benvinda, tudo escondido dele.* (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Cecília trabalha numa firma e, nos finais de semana, abre o salão de beleza que montou em sua casa: – *As mulheres têm de ficar muito bonitas e serem felizes.* (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Com relação ao trabalho, destaca:

– *Eu só peço a Deus para continuar trabalhando para cuidar da minha família. O trabalho é fundamental para a vida; sem o trabalho, não há como resolver as coisas, não há como crescer, e eu pretendo crescer através do meu trabalho [...] no ano que vem, eu termino meus estudos, depois, vou fazer vestibular.* (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Seu grande sonho é de poder escrever um livro sobre sua vida, contar sua história e contribuir para que outras mulheres não passem o que ela passou:

– *Quero contar pro mundo que ninguém precisa passar pelo que eu passei [...] acho que as mulheres sofrem porque não sabem que têm direitos e que podem sair dessa.* (Cecília, egressa da CASV. Depoimento verbal em 30/11/2010).

Assim como Val e Cecília, Lurdinha também venceu muitos obstáculos. Ela relata que chegou ao Abrigo no ano de 2002, com seus três filhos pequenos e todos

– *... traumatizados; as crianças não conseguiam dormir, achava que o pai estava escondido em algum lugar e que poderia aparecer [...] eu vivia com a pressão lá em cima e tudo que eu fazia era chorar.* (Lurdinha, egressa da CASV. Depoimento verbal em 19/08/2010).

Lurdinha e seus filhos ficaram abrigados por oito meses, chegaram todos muito traumatizados, mas, aos poucos, foram se recuperando, na medida em que se engajavam em outras atividades, com outras mulheres, com a terapia, com os grupos de reflexão. Também teve a oportunidade de aprender com uma das abrigadas, a confecção de tapetes de retalhos.

Lurdinha conta, feliz, que hoje está recuperada e relembra: “*a época mais feliz da minha vida foi quando eu estava abrigada, eu e meus filhos longe do perigo [...] foi lá que eu aprendi a viver*”; e tudo que conquistou: “*eu devo ao meu trabalho, meu trabalho, [...] hoje a gente vive na nossa casa, ela é simples mas é nossa; todo mundo estuda e a gente é unido*” (Depoimento verbal em 19/08/2010). Atualmente, seus tapetes são vendidos em várias feiras.

Assim como Lurdinha, Rosa e sua família também fazem artesanato e participam dos Grupos de Empreendimentos Solidários. Ela e seus quatro filhos chegaram ao Abrigo no ano de 1997 e permaneceram por seis meses:

– *No princípio, foi muito difícil a convivência com as outras mulheres e as outras crianças: meus meninos não eram fáceis. Até porque a gente vivia na rua mesmo, mais na rua do que em casa; em casa a gente só ia para apanhar.* (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010).

Ainda no Abrigo, Rosa começou a fazer artesanato com miçangas e gostou muito da experiência. De seu trabalho, Rosa relata:

– *Foi a partir dele que recuperei toda minha história e pude dar para meus filhos outra criação, aprendi a respeitar as pessoas [...] hoje eu sei administrar as tarefas, aprendi a ser mãe, a ser dona de meu próprio corpo, da minha vida.* (Rosa, egressa da CASV. Depoimento em 13/09/2010).

Rosa mora, atualmente, em uma casa própria “com um quintal que dá gosto, tem frutas e verduras que a gente planta” (Depoimento verbal em 13/09/2010),.

Isa, a quinta egressa do abrigo a ser entrevistada, também revela que é possível ir atrás dos sonhos, “*mesmo com muito esforço, é possível*”. No caso dela, a família sempre deu apoio para que ela largasse o companheiro violento. O motivo de ter sido abrigada por três meses, com seus filhos, foi porque o companheiro “*era um bandido muito perigoso e por isso eu não podia mais ficar em São Paulo, então o Abrigo de lá me encaminhou para cá*” (Depoimento verbal em 30/11/2010). Para Isa, por meio do trabalho remunerado ela consegue perceber sua situação anterior e “*encontrar outras saídas*”.

Embora a violência conjugal, de suas formas mais sutis até às mais brutais, estivesse presente no cotidiano das mulheres egressas bem como a interrupção de seus trabalhos, principalmente, em função da maternidade, é necessário salientar a determinação destas mulheres que, frente a frente com situações sociais que engendram um cotidiano marcado por muitas dificuldades e desigualdades permanecem buscando novas possibilidades, oportunidades e aglutinam em torno de si suas famílias e seus filhos. Em seus percursos, aparecem como “sobreviventes” e participantes de um contexto no qual se tornaram protagonistas; de alguma forma, conseguem reconstruir suas vidas, cada uma a seu modo, envolvendo estímulos acessíveis de acordo com suas habilidades e afetos.

CONCLUSÃO

Os relatos que analisamos trazem à tona histórias de violências vividas em âmbito conjugal que, embora focalizem mulheres institucionalizadas, não são restritas a estas. As histórias de violência conjugal, muitas vezes, fazem parte de um universo circunscrito entre quatro paredes e vivido no silêncio, pois, por ser uma questão que envolve tabus, aspectos morais, sociais, ideológicos, a mulher, na situação de violência conjugal, em geral convive com o isolamento social e o silêncio.

Ainda que esse tipo de violência venha ganhando visibilidade social, foi reconhecida nesta pesquisa a necessidade de aprofundamentos na compreensão da complexidade deste fenômeno, com o fim de desencadear mecanismos de ordem política e social para seu enfrentamento. Isto porque muitas pessoas entendem os comportamentos violentos como algo natural e impossível de ser mudado, sendo que algumas mulheres os aceitam como parte do destino, até porque esse tipo de violência pode se inscrever como uma “herança” geracional, ou seja, a mãe sofria violência, a tia, a avó, entre outras mulheres do círculo familiar.

No que diz respeito aos significados do trabalho remunerado, a partir da perspectiva das mulheres entrevistadas, ficou claro que este é o fator principal, a primeira estratégia para romper o vínculo com o agressor, já que, anteriormente, o abandono do trabalho reforçara este mesmo vínculo. Em muitas situações, o início da violência física dentro do relacionamento esteve ligado ao momento em que elas pararam de trabalhar, em geral, devido à gravidez. Todas as entrevistadas relacionam a dependência econômica que elas estabelecem com o parceiro como marcando o começo dos processos de submissão física.

Para elas, a retomada do trabalho remunerado reúne em si todas as qualidades essenciais para a (re)conquista de seus direitos e de sua autonomia: somente à partir dele é que se abrem as possibilidades de sua participação nos espaços sociais/econômicos, o sentimento de pertencer a uma categoria que a represente para além do espaço privado.

Hirata (2002) nos adverte que, enquanto a atribuição social das responsabilidades domésticas e familiares continuarem a recair sobre a mulher e o modelo de reconciliação entre a vida profissional e a vida familiar pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não parecem estar ameaçadas nos

seus fundamentos. Até porque, como vimos nas entrevistas, ter um trabalho é fundamental para a vida das mulheres e as condições sociais que ora se estabelecem não criam chances para que as mesmas possam viver esta prática. Afinal, conforme Cappellin (2005, p. 246), declara: “ter um emprego é ter um trabalho e um salário, mas também ter um lugar na sociedade”.

Nossos resultados chamam atenção para a necessidade de se buscar estratégias que incidam na formulação de novos modelos de desenvolvimento, que permitam a ampliação de oportunidades para um maior número de mulheres. Cabe aqui ressaltar que este modelo permeado pela ligação entre relações de gênero, trabalho doméstico e os direitos sociais nos informam sobre os desafios a serem enfrentados, principalmente pelas mulheres, de forma intensa, tendo em vista a conformação das identidades e as possibilidades de concretização de projetos pessoais emancipatórios desde a infância.

Pois, como vimos, as violências sofridas foram práticas que não se inscreveram, necessariamente, somente no universo das particularidades pessoais e em situações de conjugalidade. Nas declarações das entrevistadas, foi possível identificar que as formas de reiterar o comprometimento de seus direitos humanos tanto em âmbito privado quanto no público são sustentadas pela aprovação social e denunciam que este modelo se inicia mesmo antes da união conjugal.

Na realidade, a trajetória de submissão dessas mulheres, em sua grande maioria negras pardas, se inicia a partir de sua infância, quando ingressam no mercado de trabalho infantil, de forma doméstica não remunerada e permeada pelos abusos de ordem sexual e de violências físicas e psicológicas, exercidos em âmbito privado por várias pessoas, uma vez que trabalham em uma multiplicidade de residências. Esta circunstância, para além de promover o comprometimento de sua autonomia pessoal e autoestima, inibe as chances futuras de crescimento com vistas à construção de projetos emancipatórios, constringendo, assim, a possibilidade de um futuro promissor.

Nesta perspectiva, percebe-se que o trabalho doméstico, em geral desempenhado pelas mulheres, é sustentado pelo próprio reforço dos papéis sociais pré-determinados que engessam a superação da divisão sexual do trabalho. Contudo, a sociedade convive com este modelo e o absorve, dissolvendo os antagonismos quando cria leis para a coibição do trabalho infantil e da violência de gênero, entre outras, que, em geral, nunca são cumpridas

a contento. Logo, para a análise das entrevistas, buscou-se rever as possibilidades de resgate da cidadania bem como dos direitos humanos das meninas e das mulheres no universo social, quando a cultura e o modelo econômico pré-determinam os lugares ocupados, tendo em vista a assimetria ditada pela divisão sexual do trabalho.

Em outras palavras, sem o reforço do resgate dos direitos infantis e humanos como também da alteração do padrão atual da divisão sexual do trabalho, tornam-se remotas as chances de aquisição de autonomia dessas mulheres. Contudo, o que se percebe é que, embora a tensão entre as relações de gênero e o trabalho doméstico estabeleça um contínuo de desapropriação de direitos e de autonomia, é nesta dinâmica que vão sendo tecidos os suportes para a construção de uma nova perspectiva, e vai, então, se gestando um movimento antagônico, quando tratam de achar caminhos para uma releitura: fazer do trabalho até então tido como seu algoz, o seu libertador.

É a partir da construção, ainda que incipiente, de um projeto de autonomia pessoal que as mulheres vão desenvolvendo o estranhamento de uma situação de submissão, até então tida como “normal” e importando para si mesmas uma nova posição social e econômica que proporcione o rompimento com o isolamento, trazendo à tona o abrigo coletivo e de direitos. Vão construindo, então, uma nova história ou, pelo menos, trazem as possibilidades de traçar novas estratégias para a busca de outros itinerários, almejando um novo modelo que possibilite o resgate de seus direitos com vias à emancipação e a uma nova identidade, agora não só como mães e demandantes de recursos oriundos de políticas sociais distributivas, mas, sim, como agentes capazes de protagonizar processos políticos.

E é nesta perspectiva que se revela a defasagem das atuais políticas públicas voltadas para o atendimento da mulher em situação de violência, como instrumento capaz e comprometido em dar suporte para um salto realmente significativo para o alcance da equidade. Percebe-se, assim, que as oportunidades de autonomia que emergem na conjuntura atual da sociedade não alcançam o rompimento do confisco de sua cidadania, desenhado pela herança do modelo histórico de exclusão das mulheres nos processos participativos e de tomadas de decisões.

Entretanto, apesar disso, acreditamos que os diagnósticos promovidos pelas pesquisas são capazes de abrir novos debates e as vias para a construção de novos contextos

políticos, mesmo que sejam por força da pressão dos movimentos organizados de mulheres que, afinal, nunca estiveram ausentes das revoluções de cunho social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely de Souza de. *Femicídio: algemas in(visíveis) do público e privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia. Protocolo: orientações e estratégias para a implementação das Casas Abrigo. In: CAMARGO, Márcia; AQUINO, Silvia (Org.). *Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ago. 2003. p. 47-49.

CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempos de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado. In: _____. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 241-267.

GODINHO, Tatau; COSTA, Maria Luiza da. Para discutir uma política nacional de combate à violência contra a mulher. In: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (Org.). *O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência*. Brasília: AGENDE, 2006. p. 45-63.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 17/18, p. 139-156, 2001/2002.

LAMAS, Marta. Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. In: PORTUGAL, Ana Maria et. al. (Org.). *El siglo de las mujeres*. Santiago do Chile: Las Mujeres, 1999. p. 1-14.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAFFIOTI, Heleiete. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleiete. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 4, p. 82-91, out./dez. 1999.

SEGNINI, Liliana. Educação, trabalho e desenvolvimento: uma complexa relação. Belo Horizonte. *Trabalho & Educação*, UFMG, v. 6, p. 14-47, 2000.

SMIGAY, Karin Ellen von. *Relações violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragédia pública?* Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SMIGAY, Karin Ellen von. Os atravessamentos institucionais no atendimento clínico. In: SEMINÁRIO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS NAVCV; Construção da Cidadania, IV – Os impasses no atendimento às vítimas. *Anais...* Belo Horizonte, ago. 2004. p. 43-68.

SOARES, Bárbara M. *Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários(as)*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal*. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO, 95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Florianópolis. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 107-128.